

# **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**

**Harry E. Vanden**

Professor titular de Ciência Política e Estudos Internacionais na Universidade do Sul da Flórida, Tampa. Professor visitante na UNESP (2007)

Endereço profissional: University of South Florida, Department of Government and International Affairs, 4202 East Flower Avenue, SOC107

Tampa, Florida 33620-8100

Endereço eletrônico: vanden@cas.usf.edu

## **Resumo**

O Neoliberalismo e outros aspectos da globalização que afetam negativamente as massas na América Latina fizeram as classes populares reavaliarem sua participação nos partidos políticos e na política que não lhes empoderou. Na sublevação de Caracas em 1989, novos movimentos começaram a se formar e crescer como, por exemplo, o Movimento V República da Venezuela, os Zapatistas no México, os movimentos indígenas no Equador (CONAIE) e na Bolívia (Cocaleros e federações/sindicatos de camponeses). O Movimento Sem Terra (MST) - o maior dos novos movimentos sociais - apresenta ao mesmo tempo seu potencial e suas limitações como se observa no fato do Partido dos Trabalhadores de Lula não realizar a profunda reforma agrária que o MST reivindica e, ao contrário, apóia o agronegócio.

Palavras – chave: novos movimentos sociais, MST, Brasil, democratização, globalização.

## **Resumem**

### **Nuevos movimientos sociales, globalización y democratización: la participación del MST**

El neoliberalismo y otros aspectos de la globalización que afectaba negativamente a las masas en América Latina causaron las clases populares reevaluar su participación en los partidos políticos y la política que no les empoderó. Empezando con la sublevación en Caracas en 1989, nuevos movimientos empezaron de formarse y crecer como se ve en el Movimiento V República en Venezuela, los Zapatistas en México, los movimientos indígenas en Ecuador (CONAIE) y Bolívia (Cocaleros y federaciones/sindicatos de campesinos). El Movimiento Sin Tierra (MST) - el más grande de los nuevos movimientos sociales representa a la vez su potencial y sus limitaciones como se ve en la manera que el Partido de los Trabajadores de Lula no ha alcanzado la profunda reforma agraria que el MST pedía y al contrario apoyaba al agroexportador.

**Palabras-clave:** Nuevos movimientos sociales, MST, Brasil, democratización, globalización.

## **Abstract**

### **New Social Movements, Globalization, Democratization, MST Participation**

The neoliberalism and other aspects of globalization that impacted negatively on the masses in Latin America caused the popular classes to reevaluate their participation in traditional parties and politics that did not empower them. Starting with the 1989 uprising in Caracas new movements began to form and grow as manifest in the V Republic Movement in Venezuela, the Zapatistas in Mexico and the indigenous movements in Ecuador (CONAIE)

and Bolivia (Cocaleros and peasant federations). The Landless Movement in Brazil (MST) - the largest of the new social movements represents their potential as well as their limitations as manifest in the way Lula's Labor Party has not achieved the thoroughgoing land reform the MST has called for and has instead sided with export oriented agribusiness.

**Keywords:** New Social Movements, MST, Landless Movement, Brazil, democratization, globalization.

## Introdução

Na América Latina é amplamente conhecido como as elites têm determinado os rumos da política externa. Através dos diversos tipos de mídia, as elites manipulam a opinião pública e controlam a maior parte da população pobre, que marginalizada e dependente não tem autonomia nos processos de tomada de decisão. Todavia, nas últimas décadas, observamos diversas formas da mobilização popular que têm mudado a conduta e os rumos da política em alguns países latino-americanos. Por exemplo, o aumento dos protestos populares na América Latina contra as políticas econômicas neoliberais e suas medidas de austeridade ligadas às políticas externas.

Esses protestos tomaram formas variadas: a rebelião Zapatista no México; o Movimento Quinta República, de caráter neopopulista, liderado por Hugo Chávez na Venezuela; o movimento indígena nacional liderado pela Confederação Nacional Indígena do Equador (CONAIE) e as mobilizações em prol de Rafael Correa; as mobilizações contra Sánchez Lozano e Mesa e em prol de Evo Morales na Bolívia; as intensas e diversas mobilizações populares na Argentina e as manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil.

Estes movimentos são uma recente e bradante manifestação do fantasma de mobilizações populares que atormenta as elites governantes e que assombra a América Latina desde os tempos coloniais. Atualmente, um vasto contingente de pessoas, especialmente os pobres, parecem compreender melhor que a incorporação da América Latina ao processo de globalização deixou-os marginalizados econômica e politicamente. As reações no México, Bolívia, Brasil, Equador, Venezuela e Argentina vêm sendo fortes e significantes e, de formas variadas, nos fazem ponderar se o projeto político dominante nesses países contempla de fato o povo. É possível afirmar que a democratização e celebração da sociedade civil permitiram e encorajaram a emergência de fortes e amplos movimentos sociais.

## Novos movimentos sociais e a democratização

Há um consenso cada vez mais amplo de que o novo empreendimento político das elites tradicionais e modernas deixa para trás a maior parte da população, marginalizando efetivamente ainda mais grupos específicos. São muitos os indicadores dessa insatisfação e descrença: alienação geral quanto aos processos políticos tradicionais, aumento da criminalidade, altas taxas de abstenção nas eleições, como evidenciado pela baixa taxa de comparecimento nas eleições argentinas de 2001 (PURCEL, 2001). As eleições nacionais de 1998 no Brasil observaram um fenômeno semelhante, com 40% do eleitorado abstenendo-se, anulando ou votando em branco (BANCO DE DADOS POLÍTICOS DAS AMÉRICAS, 2002). Mudanças de atitudes como estas muitas vezes levaram ao abandono de partidos políticos tradicionais em favor de novos partidos, mais amorfos e formados de improviso, como o Movimento Quinta República na Venezuela, liderado por Chávez. Tais mudanças também produziram um levante de novos movimentos sociopolíticos e organizações de massa, bem como uma grande quantidade de greves nacionais e protestos, como aqueles que atravessaram a Argentina no final de 2001 e começo de 2002.

Sistemas de comunicação de massa e acesso fácil e relativamente barato como a Internet combinaram-se com maiores níveis de alfabetização e maior grau de liberdade política durante o processo de democratização (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 1999). Isso ocorreu simultaneamente à disseminação ampla de idéias de democracia de base, participação popular, fortalecimento de políticas públicas pela reivindicação de movimentos populares e até elementos de Teologia da Libertação e associativismo cristão. Há uma crença cada vez maior de que deve existir igualdade econômica e de que os sistemas contra tal igualdade necessitam de mudanças. Diferentemente dos movimentos radicais revolucionários das últimas décadas, esses novos movimentos sociais não advogam a reestruturação radical do Estado através de uma violenta revolução. Seu foco primário é trabalhar com o sistema político existente, pressionando-o em seus limites para conseguirem as mudanças e reestruturações necessárias<sup>1</sup>.

O fim dos governos autoritários e a democratização iniciada em meados dos anos 1980 criaram novas dinâmicas políticas em muitas nações latino-americanas. Espaços políticos começaram a ser criados, transformando-se no que se passou a chamar “sociedade civil” e novas formas de atuação política surgiram em conseqüência. O prospecto de uma vanguarda elitista armada começou a sumir em face de mobilizações sociais e políticas desarmadas. A asserção do poder popular, remanescente das mobilizações das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, começou a borbulhar em novas e variadas formas.

No momento em que as políticas econômicas neoliberais tornaram-se mais amplamente utilizadas nos anos 1990, ficava evidente que os ultrapassados sistemas políticos da maior parte da América Latina não eram capazes de satisfazer as necessidades da maior parte da população. De fato, aos olhos da maior parte dos setores populares da América Latina, os ajustes estruturais e as reformas neoliberais defendidas por instituições levaram-nos a procurar novas formas de protesto e estruturas políticas diferenciadas que pudessem lidar melhor com suas necessidades, uma vez que os governos e partidos tradicionais pareciam cada vez mais incapazes de atendê-los.

Ao longo dos anos 1990, a insatisfação com os líderes e partidos políticos tornou-se mais difundida, assim como as dúvidas sobre a legitimidade do próprio processo político. Personalismo, clientelismo, corrupção e cobiças tornaram-se objetos de zombaria e revolta, até mesmo de fúria. Os efeitos do neoliberalismo, do racismo e classismo contínuos, bem como os clamores cada vez mais fortes por igualdade se intensificaram. Com crescentes questionamentos sobre a relevância e legitimidade do sistema, essas demandas não eram direcionadas exclusivamente ao sistema político em si, mas sim para a sociedade em geral. Tampouco as populações da maior parte dos países buscaram na luta armada e em movimentos revolucionários formas de remediar seus problemas (o caso da Colômbia é uma notável exceção). Eles buscaram algo diferente. Os grupos procuraram por novas estruturas que respondessem às demandas percebidas, embora nem sempre claramente articuladas, emergentes dos setores populares.

### **MST, organização e globalização**

O próprio MST formou-se como resposta às condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, há muito inalteradas. A terra, a riqueza e o poder foram alocados de formas extremamente desiguais desde o início do século XVI. A posse da terra continuou altamente concentrada e, mesmo depois de muitos anos, em 1996, 1% dos proprietários de terra possuíam 45% da terra (PETRAS, 2001). Por outro lado, em 2001, havia algo em torno de 4,5 milhões de trabalhadores rural sem-terra no Brasil. A riqueza permaneceu igualmente concentrada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2001) anunciou que os

<sup>1</sup> A participação muito breve da CONAIE's em uma junta que se apoderou do edifício do Congresso do Equador por uma noite em Janeiro de 2000 é exceção. Ver: COLLINS (2000).

10% mais ricos da população recebiam uma renda média que era 19 vezes maior que a dos 40% mais pobres.

A agricultura de “plantation” que dominou o período colonial e o início da era republicana tornou-se padrão para a sociedade brasileira. Os poucos ricos que tinham controle das terras apropriaram-se dos lucros e decidiam os destinos políticos da população. A instituição da escravidão provia a maior parte da mão-de-obra para o sistema de plantação inicial e assim contribuiu ainda mais para a polarização das relações sociais entre as ricas elites proprietárias de terras e as fadigadas massas sem direito ao voto trabalhando nos campos. A terra se manteve nas mãos de poucos e os trabalhadores rurais continuaram a ser mal pagos e mal tratados.

A “revolução verde” iniciada nos anos 1970 intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o êxodo rural. Esse processo continuou e tornou-se ainda mais forte com a consolidação do agronegócio ligado à crescente globalização da produção. Grandes propriedades demitiram trabalhadores rurais, expulsaram arrendatários da terra que cultivavam e adquiriram a terra de camponeses. Isso resultou em crescente desemprego rural e o aumento das famílias rurais sem terra que migraram para as cidades, inchando as estatísticas de miséria urbana. Outros optaram pelo programa de colonização da Amazônia patrocinado pelo governo, que promoveu a migração de famílias para a região amazônica.

O MST foi fundado no Sul do Brasil em 1984 como uma resposta à pobreza rural e à incapacidade das políticas agrária de promover o acesso a terra. As condições que propiciaram o surgimento do MST se reproduziam em muitos estados, o que possibilitou a sua territorialização. De fato, havia trabalhadores e camponeses sem-terra por todo o país e o MST logo se territorializou do Rio Grande do Sul e Paraná para estados como Pernambuco no Nordeste e Pará na região amazônica (STÉDILIE e FERNANDES, 1999). O MST rapidamente tornou-se uma organização nacional com políticas coordenadas e fortes estruturas de participação local, caracterizadas pelas freqüentes reuniões estaduais e nacionais baseadas na representação direta. Já em 2001, havia organizações ativas do MST em 23 dos 26 estados (BRADFORD e ROCHA, 2003). Hoje o MST é, possivelmente, o maior e mais amplo movimento socioterritorial da América Latina. O número de associados passa de 1.000.000. Ele possui alta capacidade de mobilização local, estadual e nacionalmente. Em 1997, por exemplo, a organização foi capaz de mobilizar 100.000 pessoas para uma marcha em Brasília. O Movimento organiza simultaneamente protestos em vários estados continuamente.

Suas ações são bem articuladas. O MST entende claramente a crescente comercialização da produção agrícola, suas ligações a economia capitalista internacional e suas conseqüências para a vida social. De forma análoga, têm consciência plena de como a globalização está fortalecendo essas tendências e ameaçando seu modo de vida. Em pequenas aulas, encontros e assembléias, e por meio de seu jornal, *Jornal dos Sem Terra*, sua revista, *Revista Sem Terra*, e diversos panfletos, eles informam suas bases com um programa bem planejado de educação política. Eles até mesmo fundam escolas em seus acampamentos, assentamentos e cooperativas para certificar-se de que a próxima geração tenha uma visão clara da política em jogo<sup>2</sup>. As novas gerações freqüentam o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA e a Escola Nacional Florestan Fernandes, onde obtêm uma forte orientação política e popular, instrução bem fundamentada em teoria organizacional e política e em habilidades práticas como contabilidade e administração.

O MST também facilita o desenvolvimento de estruturas organizacionais de base altamente participativas baseadas em grupos de aproximadamente 10 famílias, que constituem um “Núcleo Base” nas comunidades. Assembléias locais se reúnem com freqüência e os membros da unidade familiar são encorajados a participar. Por sua vez, as freqüentes assembléias regionais, estaduais e nacionais incorporam representantes dessas

---

<sup>2</sup> Pesquisas do campo no Estado do Rio Grande do Sul 2001. O MST produz matérias educacionais e guias, instrução e orientação em como desenvolver escolas e a educação popular. Ver, (MST, 1999 e MST 1999a).

unidades de nível local<sup>3</sup>. A liderança é coletiva em todos os níveis, mesmo nacionalmente, no qual aproximadamente 102 militantes compõem o Conselho de Coordenação Nacional<sup>4</sup>.

Sua cultura política e processo de tomada de decisões rompem claramente com a tradição autoritária. O Movimento foi altamente influenciado pela Teologia da Libertação e pela cultura de democracia representativa gerada pelo estudo e uso das idéias de Paulo Freire sobre educação crítica auto - ministrada. De fato, a natureza fortemente participativa da organização e a natureza coletiva da liderança e tomada de decisões fizeram com que surgisse uma cultura política que desafia noções tradicionalmente autoritárias e estruturas verticais de tomada de decisões (BOGO, 2000 e BRANDÃO, 2001).

Uma das características de movimentos sociais como o MST é uma ampla visão nacional e cada vez mais internacional. Os Sem Terra visam uma reforma agrária abrangente e uma completa reestruturação da produção agrícola em todo o Brasil, como sugere o panfleto preparado para seu quarto congresso nacional em 2000: “Reforma Agrária para um Brasil sem latifúndios” (MST, 2000). O MST acredita que é impossível desenvolver o país, construir uma sociedade democrática ou mitigar a pobreza e desigualdade social no campo sem eliminar o latifúndio. Entretanto, defendem que a Reforma Agrária só será viável se for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil (Ibid, 2000).

Como muitos dos movimentos sociais e políticos recentes da América Latina, os Sem Terra estão bem cientes de que sua luta está vinculada a conjunturas internacionais. Portanto, desafiam a visão positiva do neoliberalismo apresentada pela mídia global<sup>5</sup>. Em um documento sobre os “Princípios Fundamentais para a transformação social e econômica do Brasil Rural”, eles apontam que “a unidade política das classes dominantes sob a administração Fernando Henrique Cardoso consolidou a implementação do neoliberalismo”, e que essas políticas neoliberais levaram à concentração crescente de terra e riquezas nas mãos de poucos e um maior empobrecimento da sociedade brasileira. “Movimentos populares”, diz o documento, “devem desafiar essa conceitualização neoliberal de nossa economia e sociedade” (MST, 2001).

Mobilização política de massas é outro de seus princípios organizacionais fundamentais, como observado em suas imensas mobilizações para ocupação de terras e passeatas nas ruas. Essa estratégia é amplamente utilizada e divulgada pelos membros do MST. O panfleto distribuído com o tema: “O Brasil precisa de um projeto popular”, clama pela mobilização popular, apontando que “todas as mudanças na história da humanidade só aconteceram quando as pessoas se mobilizaram” e que, no Brasil, “todas as mudanças sociais e políticas foram obtidas quando as pessoas se mobilizaram e lutaram” (MST, 200?).

Como pode ser apreendido com os casos dos países latino-americanos, a política tradicional e os partidos políticos provaram-se incapazes e/ou relutantes em dedicar-se às deteriorantes condições econômicas de grupos marginalizados que sofrem os efeitos negativos da globalização econômica. Por sua vez, os movimentos sociais responderam com organizações de base popular e a criação de um novo repertório de ações que rompe com antigas formas de atividade política e inclui pressão para mudar a política externa para beneficiar a população em geral. Processos organizacionais e ações grupais em desenvolvimento, às vezes com a assistência externa de organizações progressistas preocupadas com a justiça social, agregaram membros individuais em torno de uma forte identidade de grupo.

No caso do Brasil e dos Sem Terra, essa ajuda externa foi prestada, por exemplo, pela igreja Luterana em se e com setores da Igreja Católica pela Comissão Pastoral da

<sup>3</sup> Essa forma de organização de dez famílias pode ser o núcleo de base em uma cooperativa, em um assentamento ou em um acampamento. Cada grupo tem representante nas coordenações dos assentamentos, acampamentos e cooperativas, dependendo do caso. Dessa forma de organização saem os representantes para os encontros e congressos regionais, estaduais e nacional. Segundo, Geraldo Fontes (2003), membro da Direção Nacional do MST.

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, o panfleto de educação política que o MST (1993) utiliza para explicar o Neoliberalismo a seus afiliados.

Terra. Apesar do auxílio dessas organizações e de setores do Partido dos Trabalhadores (PT), a organização nunca perdeu sua autonomia e visão internacional. Estava decidido desde o início que esta seria uma organização para os trabalhadores sem-terra, a ser dirigida por sem-terra em seu próprio benefício conforme definido por eles mesmos dentro de um mundo com fortes pressões dos processos de globalização.

Os Sem Terra, agora organizados na Via Campesina, consideram-se parte da luta internacional contra a globalização econômica. Eles ajudaram a organizar e participaram ativamente do Fórum Social Mundial e já enviaram representantes a passeatas em todo o mundo. Disputas que uma vez já foram localizadas e isoladas tornaram-se inter-relacionadas e efetivamente globais (BROAD, 2002). As redes de comunicações internacionais, incluindo a telefonia celular e, principalmente, a Internet facilitaram enormemente a globalização da consciência sobre as disputas locais e do apoio e solidariedade que recebem. Combinado com ações dramáticas como as grandes ocupações de terras, o MST gerou apoio considerável, tanto nacional quanto internacionalmente e ajudou a transformar lutas locais em eventos nacionais, redefinindo problemas localizados como problemas nacionais que necessitam de atenção e recursos do governo nacional (DELA PORTA e TARROW, 2005).

A interação entre o MST e o PT é bastante instrutiva. As relações entre as duas organizações são, de modo geral, boas em escala local, com muitos indivíduos filiados a ambas as instituições. Entretanto, as lideranças nacionais permaneceram separadas e nem sempre tão cordiais. O MST tem mantido uma linha de atuação no que diz respeito à necessidade de ocupar terras improdutivas e afirmar sua agenda, enquanto grande parte do PT tem optado por uma via mais conciliatória. Assim, os Sem Terra apóiam o PT de modo geral, na maior parte das campanhas locais e apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva em suas exitosas campanhas presidenciais. Eles ajudaram a alcançar uma significativa mudança de regime no Brasil: Lula foi eleito em uma vitória sem precedentes com 61% dos votos nas eleições de 2002 e eleito de novo em 2006 apesar de um escândalo sobre corrupção em seu governo.

De fato, percebendo o combate histórico do PT às políticas neoliberais e ao governo elitista, os Sem Terra compareceram em peso nos dois turnos da eleição. Terminada a eleição, o MST não reivindicou fazer parte do governo. Não obstante, continuaram a pressionar este por uma reforma agrária abrangente e pela redistribuição de terras e riqueza. O movimento não admitiria o retorno à “velha política de sempre”. O PT dedicaria ao seu programa “Fome Zero” e a outras iniciativas de cunho socioeconômico e os Sem Terra continuariam a pressionar o governo petista por reformas estruturais que julgassem importantes, em especial a Reforma Agrária (FERNANDES e WELCH, 2008). Já em 2004, o MST mostrava insatisfação considerável com o que considerava uma relativa falta de ação do governo no que diz respeito à reforma agrária e ameaçava engajar-se novamente em grandes ocupações de terras. Ao mesmo tempo, o governo Lula deparava-se com uma crescente pressão por parte das instituições financeiras internacionais por políticas econômicas moderadas. Optando por funcionar dentro da sociedade civil e não se tornar parte do governo, o MST ficou livre para dedicar-se a suas demandas originais pela reforma agrária e pela transformação socioeconômica do país. Nos últimos anos estão cada vez mais conscientes da política externa Brasileira de exportar mais álcool e biodiesel produzido por as grandes unidades agrícolas comercializados nacionais e transnacionais como o Bunge e Born e o efeito negativo que essa orientação tem para os camponeses (JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2007).

Como o MST, muitos dos movimentos sociais tornaram-se cada vez mais politizados. Eles representam uma clara resposta às políticas econômicas neoliberais que foram impostas aos países da América Latina pelas instituições financeiras internacionais, pelo governo norte-americano e pelas elites econômicas nacionais. Nos últimos 25 anos, desde que os militares deixaram o governo brasileiro, o MST estabeleceu-se na sociedade civil, aproveitando-se do espaço político considerável que se abriu com a institucionalização da democracia nominal. Atualmente, o Partido dos Trabalhadores, de esquerda, controla o governo nacional, bem como muitos governos estaduais e prefeituras, e prometeu

mudanças e reformas estruturais (STÉDILDE, MORONI e FARIA, 2008). Apesar de talvez faltar-lhe a vontade política necessária para implementar muitos de seus programas, como a reforma agrária, o PT não é totalmente oposto às práticas advogadas pelo MST. Mesmo que ainda não tenha gerado mudanças efetivas, a nova situação política torna improvável a repressão e concede um novo espaço político considerável onde movimentos sociais como o MST podem reivindicar.

### **Considerações finais**

À medida que se engajaram em organizações de base popular e em imensas mobilizações locais e nacionais, o MST e os movimentos sociais desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina. Sua militância e crescimento geraram um novo repertório de ações que inclui mobilizações de massa tão grandes que podem depor governos, como na Bolívia, ou forçá-los a mudar seus programas. Eles tornaram os partidos tradicionais ultrapassados, ao mesmo tempo forjando novos horizontes políticos e criando uma cultura política e participativa. Tais movimentos estão apropriando-se do espaço político existente ao máximo. No processo, fortalecem substancialmente a prática da democracia participativa.

Resistem vigorosamente ao processo de globalização corporativa que vem sido apresentado como a cura para o subdesenvolvimento e a pobreza. De fato, a realidade econômica vivida por essas massas de pessoas por toda a América Latina fornece um potente antídoto empírico à prescrição universal por globalizar-se. A formulação de movimentos sociais altamente politizados e a democracia participativa que praticam fornecem uma nova e promissora resposta ao neoliberalismo global. Além disso, essas respostas representam uma mudança substancial da forma anterior de ação política e estão transformando a condução da política no Brasil e na América Latina.

Ainda que o MST não tenha tido o êxito esperado em modificar a política nacional e externa, de modo que o PT respondeu às mobilizações do MST, novos movimentos sociais em outros países tiveram mais sucesso. Por exemplo, as mobilizações massivas na Argentina em 2001 e 2002 facilitaram a política forte em contra da política e influência das instituições financeiras internacionais como o F.M.I. e em prol de uma política externa mais próxima das necessidades populares e nacionais argentinas. É duvidoso que Kirchner tivesse formulado uma política nacionalista tão forte sem tal articulação popular. De igual maneira, a política nacionalista de Evo Morales sobre os recursos naturais como o gás em Bolívia é conquista das mobilizações populares de vários movimentos sociais em 2005 e 2006. Até em Venezuela, é duvidoso que Hugo Chávez pudesse manter sua política externa sem as fortes mobilizações populares dos Círculos Bolivarianos e outros movimentos em Venezuela que o apoiassem.

Por fim, é de notar que o MST está consciente da necessidade de buscar novas ferramentas para mudar a política de Lula e o PT com respeito a agronegócio. Inclusive, em publicação ligada ao MST, eles notam que “O governo Lula em particular, tem se apresentado como um dos grandes defensores da produção de etanol e de biodiesel no cenário internacional.” E que “a agenda dos agrocombustíveis é marcada pelo predomínio dos interesses do capital internacional e do agronegócio, com conseqüências graves para a população” (KUREDA, 2007) A resposta da organização e buscar outro mecanismo de mobilização: celebrar uma conferência com o objetivo de elaborar propostas concretas que armam os movimentos sociais com uma agenda alternativa, a qual expressava os interesses da agricultura familiar e do povo brasileiro (Ibid, 2007). Mais ainda falta ver se esta forma de protesto é e o início de uma política eficaz para mudar a política externa ou somente outro gesto de frustração de um movimento social que tem lutado pela democracia e continua excluído do processo de tomada de decisão na política interna e externa.

*Partes do artigo foram traduzidas por Pedro de Lima Marin (Incrá-SP)  
Revisão: Bernardo Mançano Fernandes – UNESP*

## Referências

BANCO DE DADOS POLITICOS DAS AMÉRICAS. Brasil: Eleições Presidenciais de 1998. Disponível em: <www.georgetown.edu/pdba/Elecdata/Brazil/press98.html>. Acesso abril 19, 2002.

BOGO, Ademar. O MST e a Cultura. Caderno de Formação, São Paulo, nº 34, 2000.

BRADFORD, Sue; ROCHA, Jan. Cutting the Wire, the Story of Landless Movement in Brazil. London: Latin American Bureau, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. História do menino que lia o mundo. Fazendo História, Veranópolis, nº7, 2001.

BROAD, Robin. Global Backlash, Citizen Initiatives for a Just World Economy. Laham, Maryland: Roman and Littlefield, 2002.

COLLINS, Jennifer. A Sense of Possibility, Ecuador's Indigenous Movement Takes Center Stage. !Adelante! The New Rural Activism in the Americas. NACLA: Report on the Americas, 2000. Vol.35, Nº. 5 pp.40-46.

DELA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Transnational Protest & Global Activism. Lanham, MD.: Roman and Littlefield, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Brazil's Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography. Human Geography. v.1, p.59 - 69, 2008.

FONTES, Geraldo. Entrevista com Geraldo Fontes, membro da Direção Nacional do MST. São Paulo, 17, Set., 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. País termina anos 90 tão desigual como começou. São Paulo, 5, abr, 2001. Folha de São Paulo.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. São Paulo, Out, 2007.

KUEREDA, Rui. Movimentos Sociais realizam Conferência sobre agroenergia. Brasil de Fato, São Paulo, 31 Out. 2007. pp. 25 -31.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. O Neoliberalismo, ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. O que queremos com as escolas dos assentamentos. Caderno de Formação, São Paulo, nº 18, 1999.

\_\_\_\_\_. Como fazemos a escola de Educação Fundamental. Caderno de Educação, São Paulo, nº 9, 1999a.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio. São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Fundamental Principles for the Social and Economic Transformation of Rural Brazil. Journal of Peasant Studies, Halifax, Vol. 28, Nº. 2:153-54, 2001.

\_\_\_\_\_. O Brasil precisa de um projeto popular. Cartilha No. 11, São Paulo, 200?.

PETRAS, James. The Rural Landless Workers' Movement. Z Magazine. Campinas, março, 2000.

PURCELL, Susan Kaufman. Electoral Lessons. América Economia. Dezembro 6, 2001, p. 40.

STÉDILE, João Pedro; MORONI, Antônio; FARIA, Nala. É Hora de Mudança. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 Dez. 2008.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, Human Development Report, 1999. New York: Oxford University Press, 1999. pp.3-9.

WRIGHT, Agnus; WOLFORD, Wendy. To Inherit the Earth, the Landless Movement and the Struggle for a New Brazil. Oakland: Food First Books, 2003.